



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
CENTRO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA EM PROJETOS SOCIAIS - CECAPS

Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas
Urbanas

IZABEL CRISTINA SOUZA AZEVEDO

**INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO DE UM
EMPREENDIMENTO MINERÁRIO:
ESTUDO DE CASO**

Belo Horizonte
2018

IZABEL CRISTINA SOUZA AZEVEDO

**INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO DE UM
EMPREENDIMENTO MINERÁRIO:
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas apresentado ao CECAPS.

Orientador(a): Clarice de Assis Libânio

Belo Horizonte, 2018

IZABEL CRISTINA SOUZA AZEVEDO

**INTERRUPÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO DE UM
EMPREENHIMENTO MINERÁRIO:
ESTUDO DE CASO**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Elaboração, Gestão e
Avaliação de Projetos Sociais em Áreas
Urbanas apresentado ao CECAPS.

Trabalho aprovado. Belo Horizonte, ____ de fevereiro de 2018

Nome do Orientador

Orientadora Prof^a. Ms. Clarice de Assis Libânio

Professor

Convidado 1

Professor

Convidado 2

Belo Horizonte

2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. METODOLOGIA.....	10
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	12
4. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIAL EM ESTUDO	17
5. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	22
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
7. REFERÊNCIAS	30

RESUMO

No que diz respeito a avaliação de impactos de Programas de investimento Social Privado, o propósito da avaliação do Programa de Investimento Social em estudo foi compreender as razões que para além do cumprimento da condicionante ambiental permeavam o relacionamento da mineradora com a comunidade.

As condicionantes ambientais são exigências que devem ser efetivadas ao longo do processo de licenciamento ambiental, e também na concessão da licença ambiental, objetivando à diminuição ou até mesmo à compensação dos impactos ambientais gerados pelos empreendimentos, sendo nesse caso minerário.

ABSTRACT

Regarding the evaluation of impacts of Private Social Investment Programs, the purpose of the evaluation of this Social Investment Program was to understand the reasons that, in addition to complying with the environmental condition, permeated the relationship of the mining company with the community.

The environmental conditions are requirements that must be fulfilled throughout the environmental licensing process, and also in the granting of the environmental license, aiming at reducing or even offsetting the environmental impacts generated by the enterprises, in this case, mining.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização do cenário

Por acreditar que Desenvolvimento e Sustentabilidade caminham juntos, faz-se necessário construir uma forte relação de respeito com todas as esferas das comunidades locais de onde uma empresa que gera grandes impactos está inserida. Nessa perspectiva, as ações da empresa devem ser integralmente pautadas pelo equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Contudo, cabe ao empreendedor a escolha de atender apenas o que lhe é imputado por tais condicionantes, ou buscar e enxergar além do que é cobrado pela legislação, vislumbrando a construção de uma reputação calcada no papel social que as organizações têm assumido na atualidade, capaz de se refletir em ganhos econômicos para as instituições e desenvolvimento sustentável das comunidades com as quais interagem.

Sob esta perspectiva, a visão da corporação analisada sobre suas comunidades de atuação e as características compartilhadas por esse grupo são questões decisivas no direcionamento de suas ações e programas de investimento social. Um relacionamento construtivo com a comunidade representa um dos pilares decisivos na sustentação empresarial.

Ao longo deste estudo, além do programa de investimento social de fato, buscou-se compreender melhor as práticas de relacionamento desenvolvidas pela corporação pesquisada com suas comunidades.

1.2. Objetivo Geral

O presente trabalho propõe a análise do Programa de investimento social idealizado para o atendimento da condicionante: nº 2 da Licença de Instalação – LP + LI 075/2013.

1.3. Objetivos Específicos

- Analisar o referido programa, buscar compreender melhor os o caminho traçado pela corporação para o atendimento à condicionante e ainda entender qual foi a concepção da empresa sobre as comunidades da sua área de influência, e que aspectos caracterizam este público.

- Verificar empiricamente como se dá o relacionamento da organização com suas comunidades, para então avaliar a concepção do programa de investimento social que fora praticado pela mesma entre os anos de 2014 e 2016.

1.4. Justificativa

O Investimento Social Privado é considerado uma das variáveis da Responsabilidade Social. As empresas têm investido recursos em projetos sociais para atendimento de condicionantes no processo de licenciamento dos empreendimentos, buscando não só promover o desenvolvimento da comunidade envolvida, mas também avançar em seu projeto de exploração. Portanto, este trabalho se justifica devido a importância de se relatar o posicionamento de ambas as partes sobre esse acordo, ou seja, o parecer da comunidade através de representatividade, e o parecer da empresa, através de um representante legal.

1.5. Hipótese

A hipótese central deste trabalho fundamenta-se na reflexão de que a empresa investigada não se ampara nas melhores práticas de relacionamento e de investimento social com suas comunidades, e, apenas atendeu a condicionante do licenciamento ambiental sem se atentar ou se programar para dar continuidade no relacionamento, uma vez que a comunidade beneficiária vivencia os impactos positivos e negativos da intervenção da empresa no território.

1.6. Contexto Local

A presença de uma empresa de mineração em uma comunidade requer o trabalho sistemático de identificação das características locais de forma que, identificadas as fragilidades e oportunidades oferecidas pelo cenário, a empresa possa se posicionar estrategicamente com o objetivo de ter maior tranquilidade no desenvolvimento do seu projeto, com vistas à sua operação.

Fundada em 2006 e com atuação na identificação, aquisição e desenvolvimento de projetos de mineração, a mineradora fica localizada no município de Caeté, Estado de Minas Gerais, onde é realizado o beneficiamento a seco de minério de ferro, em uma área de 109,36 ha. A mina está autorizada a produzir 300 mil toneladas de ferro ao ano e tem previsão de vida útil de cerca de sete anos.

O empreendimento está inserido no entorno da Serra Piedade, Unidade de Conservação de Proteção Integral, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1956; pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), em 2006; e pelo município de Caeté, em 2011. Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) concedeu o título de “reserva da biosfera” ao trecho mineiro do maciço da Serra do Espinhaço, que inclui a Serra da Piedade.

1.7. Histórico de Licenciamento da Mina

A empresa obteve a autorização de funcionamento, pelos órgãos competentes, em 2009, o que permitiu a implantação de suas estruturas no local. Em função dos questionamentos quanto à localização do empreendimento no entorno da Unidade de Conservação de Proteção Integral Monumento Natural Serra da Piedade, a autorização foi cancelada em 2010.

Em junho de 2011, contudo, a empresa obteve a anuência do IPHAN com relação aos aspectos arqueológicos do empreendimento. Por estar localizada no entorno de uma área de conservação, a empresa requereu também parecer do IEPHA, que o emitiu no mês seguinte declarando que o projeto não gera impactos negativos à Serra da Piedade. Ainda em julho de 2011, a Mineradora obteve anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT) após apresentar um projeto de alteração do trevo de Caeté em virtude do acesso de caminhões da empresa pela BR-381.

Em 2012, a Mineradora obteve a Licença de Operação e Pesquisa para extração de minério de ferro na Mina, válida até setembro de 2013. A empresa conquistou então autorização para retomar suas atividades, vinculada ao cumprimento de condicionantes.

Em abril de 2013 foi realizada uma vistoria no empreendimento, oportunidade em que foi constatado o cumprimento das condicionantes da Licença de Operação e Pesquisa. Uma das condicionantes dessa licença previu a realização do Programa de Investimento Social na comunidade, vizinha ao empreendimento, contemplando um calendário de atividades para o período inicial de um ano, nas áreas de influência do empreendimento.

1.8. Perfil da comunidade impactada pelo empreendimento

A comunidade se localiza num povoado do Distrito de Roças Novas, município de Caeté (MG). A comunidade faz divisa com o município de Sabará e encontra-se mais precisamente nas coordenadas 23k-637575 / 7811658. O acesso à comunidade se faz por meio de via não pavimentada localizada na margem esquerda da BR-381 no Km 35 (sentido Minas Gerais – Espírito Santo). Para chegar até o local, é necessário realizar o retorno no trevo de Caeté. A Serra da Piedade está localizada a sudeste da comunidade, a aproximadamente quatro quilômetros. Estima-se que a comunidade tenha surgido há aproximadamente 150 anos, quando o território onde a comunidade está localizada não possuía proprietário.

Em termos demográficos, a comunidade possui cerca de 100 casas, onde residem aproximadamente 130 famílias, totalizando, em média, 500 pessoas. É considerada uma comunidade carente de infraestrutura, postos de trabalho e apoio do poder público, fato que tem gerado o aumento da sensação de vulnerabilidade dos moradores locais. Possui diferentes demandas, sendo as principais delas relacionadas à saúde e condições das estradas locais. A comunidade possui características rurais que se perpetuam. O cultivo de banana destaca-se como uma das principais fontes de geração de renda da população local, que comercializa a produção às margens da rodovia BR-381 e em feiras que ocorrem em Belo Horizonte.

A má conservação das estradas rurais dificulta o acesso de automóveis, principalmente em período de chuvas. A população é constituída, em sua maioria, por pessoas que possuem algum grau de parentesco, compondo um ambiente familiar. De forma geral, a população é considerada de fácil convívio.

A comunidade é representada pela Associação Comunitária Local, instituição que trabalha no intuito de conquistar benefícios para os moradores.

1.9. Ações e Projetos de Relacionamento

A atuação da Mineradora está restrita ao escritório da empresa, instalado na área da Mina e fora do perímetro urbano. A interface com a comunidade tem sido realizada de forma incipiente e demanda planejamento e sistematização.

Até a implantação do Programa de Investimento Social em 2014, as ações de amparo social eram realizadas sem o direcionamento de uma política específica, e com isso, a

empresa acabava exercendo uma postura assistencialista frente a demanda que lhe era apresentada. Destaca-se na rotina de relacionamento da empresa com sua comunidade o contato direto com seus integrantes por meio de reuniões e visitas informais.

2. METODOLOGIA

Para dar conta das especificidades da análise do programa de investimento social privado escolhido foi utilizado um método de investigação de caráter qualitativo, composto por análise documental e entrevistas em profundidade.

De acordo com Jiménez (2007), a pesquisa qualitativa possibilita recolher dados descritivos por meio da fala de agentes envolvidos na questão pesquisada, que são complementados pelas percepções do pesquisador *in loco*, pela análise de documentos e pelos dados obtidos preliminarmente em pesquisa exploratória.

No presente estudo, a pesquisa exploratória foi utilizada para identificar o histórico de relacionamento com comunidades da corporação para a realização de um estudo de caso do programa de investimento social praticado pela mesma. A organização escolhida foi a que demonstrou maior disponibilidade em fornecer informações para o estudo - esta será apresentada no próximo capítulo.

O trabalho foi dividido em seis capítulos seqüenciais, sendo que no primeiro capítulo é intitulado de Introdução, onde é tratado a contextualização do cenário, traçado os objetivos, justificativa, hipótese, contexto local, Histórico de Licenciamento da Mina, Perfil da comunidade impactada pelo empreendimento, e Ações e Projetos de Relacionamento. No segundo capítulo foi tratada a metodologia, delimitação do ângulo de pesquisa, *corpus* empírico, técnicas de coleta e análise de documentos e entrevistas em profundidade. No terceiro capítulo nomeado de Revisão da Literatura que aborda licenciamento de mina e conceitos de condicionantes. No quarto capítulo relata a descrição do programa de investimento social em estudo. No quinto Capítulo trata a Análise da Pesquisa de Campo. No sexto capítulo as Considerações Finais.

2.1. Procedimentos metodológicos e delimitação do ângulo de pesquisa

Coleta de dados empíricos foi realizada entre julho e setembro de 2017. Foram consideradas as ações dentro do programa de investimento social privado proposto para ser executado no período de um ano, no entanto realizado ao longo dos anos de

2014 a 2016.

Esse recorte justifica-se em função do período de execução do programa e do caráter anual dos planejamentos empresariais, o que possibilita uma análise mais objetiva daquilo que foi planejado em relação ao que foi efetivamente executado no âmbito do investimento social imputado pela condicionante, e do relacionamento com comunidades praticado pela corporação.

2.2. Corpus Empírico

O corpus da pesquisa foi constituído por:

- Site da corporação analisada;
- Documentos: Condicionante protocolada, e Programa de Investimento Social.
- Dados obtidos e opiniões expressas por meio de depoimentos do profissional responsável pelo trabalho com a comunidade, e por meio do representante da comunidade beneficiária.

2.3. Técnicas de Coleta e análise de documentos

A análise de documentos (forma e conteúdo) complementou as informações coletadas por meio das entrevistas. Foram obtidos, principalmente, materiais como EIA/RIMA, Licenciamento Ambiental e Condicionantes, o Programa de Investimento Social Protocolado, e os relatórios de acompanhamento da execução do Programa.

2.4. Entrevistas

Nas entrevistas, foram utilizados roteiros semi-estruturados não disfarçado. Esse tipo de roteiro é composto de questões previamente elaboradas – mas passíveis de adaptação – que podem ser respondidas de forma livre pelo entrevistado, que, por sua vez, conhece de antemão os objetivos da abordagem. (MATTAR, 1996).

As entrevistas foram realizadas primeiramente com a representante da empresa – Técnica em Meio Ambiente profissional diretamente responsável pelo relacionamento com comunidades, seguidamente com o representante da comunidade beneficiada. Os roteiros de perguntas pré-estabelecidas (Anexos A e B) foi utilizado e permitiu identificar aproximações e afastamentos nos depoimentos. Entretanto, as questões foram adaptadas ao longo do processo de acordo com as respostas e o comportamento de cada entrevistado.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. A exploração mineral local

Em Minas Gerais, principalmente no quadrilátero ferrífero predomina dentre as principais atividades econômicas, a mineração. Nos municípios de Sabará e Caeté também está atividade e explorada por pequenas e média mineradoras e também por multinacionais. Além do minério de ferro, encontrado em abundância, também são extraídos vários outros minerais, como a areia, cascalho e até ouro (DNPM, 2000).

A atividade mineral influencia na economia de diversos municípios do Estado de Minas Gerais, sendo que cerca de 244 municípios mineiros foram beneficiados através da arrecadação da CFEM (Compensação Financeira por Exploração dos Recursos Minerais). Os municípios que mais receberam *royalty*, ou seja, a arrecadação da CFEM são Nova Lima, Mariana, Itabira, Brumadinho, Ouro Preto, Santa Bárbara, Itabirito, Congonhas, Sabará, Barão de Cocais e Tapira (DNPM, 2015).

A atividade mineraria provem também a arrecadação de impostos para os municípios, Estado e a União, sendo que também tem grande importância para o desenvolvimento regional, principalmente para a economia influenciada pela geração de empregos, investimentos e melhorias em infraestrutura e distribuição de renda.

A exploração mineral também tem seu lado negativo, pois produz grande impacto ambiental e as vezes até social em seus processos de extração, armazenagem e transporte. Nos locais das minas de extração quase sempre existem comunidades que fazem vizinhança com a propriedade e sofrem os impactos, a interferência visual e sonora acompanhada de agentes poluidores como poeira, resíduos sólidos e líquidos, fumaça dentre outros.

Essas minas de exploração mineral possuem registros nos órgãos competentes e são reconhecidas como pessoas jurídicas, além de possuírem as licenças para o empreendimento. A licença principal de exploração mineral, reconhecida como “Licença Ambiental” é concedida após estudos antecipados de impactos ambientais do empreendimento.

3.2. Etapas do licenciamento ambiental

De modo geral, o processo de licenciamento ambiental se divide em três amplas etapas: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI, e Licença de Operação - LO, ainda que tenha especificidades condicionadas à natureza do empreendimento e aos impactos que possa causar. A Resolução nº 237/97 do CONAMA disciplina no art. 8º, Inciso I, a definição legal de Licença Prévia como:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

A concessão da Licença Prévia ao empreendimento ou atividade proponente significa a aprovação da localização e concepção, que atesta a sua viabilidade e, mais importante ainda, já ficam estabelecidos os requisitos básicos a serem atendidos nas próximas fases de implementação, visando o cumprimento da legislação ambiental vigente.

Encontra-se no art. 8º, Inciso II da Resolução 237/97 – CONAMA, a definição legal de Licença de Instalação como:

II – Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

Depois preferência pela licença prévia, a outorga estatal de concessão da licença de instalação permite ao proponente de empreendimento ou atividade, o direito de iniciar as instalações contidas nos planos, programas e projetos já aprovados na primeira fase do licenciamento.

Encontra-se no art. 8º, inciso III da Resolução 237/97 – CONAMA, a definição legal para a licença de Operação:

III – Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que

consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. De acordo com a expressão contida no inc. III do art. 20 - “após as verificações necessárias” – mostra como condicionante que a licença de operação só poderá ser concedida após a vistoria do órgão ambiental, na qual se constate que as exigências das fases anteriores foram cumpridas. O seu prazo de validade, a licença ambiental ora estudada tem disciplinado o seu período no art. 18, inciso III da Resolução 237/97 – CONAMA. III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

Nesta fase, o empreendimento já se encontra licenciado, em termos gerais, pois a aprovação do órgão licenciador, pressupõe submissão e cumprimento das condicionantes determinadas nas fases anteriores.

As condicionantes impostas pelos órgãos licenciadores, normalmente estão relacionadas com os impactos causados pelos empreendimentos, e são medidas para compensar, evitar ou mitigar esses impactos.

3.3. Licenciamento ambiental para atividades minerárias

A atividade de extração mineral denominada mineração, abarca em seu processo de licenciamento ambiental - em linguagem mais simplificada - desde as pesquisas de viabilidade da produção mineral, passando pela lavra, que define o procedimento de retirada do minério na natureza, e o beneficiamento, que traduz o procedimento industrial no tratamento do minério.

O licenciamento mineral pode ser considerado um regime intermediário quanto à complexidade técnica no aproveitamento mineral e, conseqüentemente, quanto ao grau de exigências por parte da Administração Pública, situando-se entre o regime de concessão de lavra, que requer técnicas mais complexas, e o regime de permissão de lavra garimpeira, com técnicas mais singelas. O licenciamento de mineração requer a outorga de dois atos administrativos: a licença específica, a ser expedida pelo

Município em que se encontra a jazida que se pretende lavrar, e a autorização do DNPM para se lavrar o recurso mineral (SOUZA, 2003, p. 103).

3.4. Condicionantes

As condicionantes são requisitos determinados pelo órgão responsável pelo processo de licenciamento ambiental, dependendo da natureza do empreendimento e de seus impactos. Estas, são estabelecidas a partir da avaliação dos impactos presumidos no EIA/RIMA, elaborados pela corporação. No processo de licenciamento, cada etapa (LP, LI ou LO) pode definir condicionantes específicas a serem cumpridas pelo empreendedor. É importante lembrar que durante o processo de elaboração das condicionantes pelo órgão licenciador do empreendimento, os EIA/RIMA devem ser apresentados e discutidos por meio de audiência pública com a sociedade civil e com outros órgãos governamentais condicionados ao impacto proporcionado pelo empreendimento a ser licenciado. Atualmente, são pré-definidas pelos órgãos licenciadores três tipos de condicionantes ambientais, sendo elas:

- **As de mitigação e compensação:** Estas podem ser traduzidas em três tipos de medidas: as preventivas, as mitigadoras e as compensatórias. As de caráter preventivo, são aquelas que visam evitar que determinada atividade cause algum dano ambiental. As mitigadoras têm por finalidade minimizar, reduzir ou abrandar algum dano ambiental. Já as de caráter compensatório, objetivam compensar um dano ambiental que não pode ser prevenido ou mitigado.
- **As que exigem estudos e monitoramentos:** Pode se traduzir na determinação de que o empreendedor monitore determinada atividade ou característica, seja do meio físico, biótico ou socioeconômico, relacionada ao impacto causado pelo empreendimento. Exemplo: monitoramento de estradas, poeira e fluxo do tráfego de veículos por estradas de terra. Ou ainda pela necessidade de realizar estudos, diagnósticos, mapeamentos adicionais ao EIA para a adequada caracterização de aspectos físico, biótico ou socioeconômico de impacto do empreendimento.
- **As de caráter administrativos e de procedimentos:** Estas estão relacionadas à regularidade do processo de licenciamento ambiental e de adequação do empreendedor a procedimentos que devem obedecer a critérios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Exemplos: a definição de prazos para a apresentação de documentos técnicos, a vedação de condutas até a

obtenção da outorga ou ainda a apresentação de relatórios periódicos que comprovem a execução de obrigações previstas nas licenças.

No processo de licenciamento ambiental, os órgãos e as entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão acompanhar a execução das condicionantes incluídas nas licenças relacionadas às suas respectivas áreas de competência, informando ao principal órgão licenciador eventuais descumprimentos e inconformidades em relação ao estabelecido na concessão de cada licença. Condicionantes de diferentes naturezas podem envolver diferentes formas de acompanhamento. Contudo, o órgão licenciador é o responsável por acompanhar o cumprimento das condicionantes, bem como validar seu cumprimento. No caso de descumprimento, a revogação da licença e/ou aplicação de outras penas previstas também são de responsabilidade do órgão licenciador.

3.5 Participação Social no processo de Licenciamento Ambiental

A participação social pode ser considerada como um tema ainda frágil em discussão no que se refere aos processos de licenciamentos ambientais.

Nesta concepção, a participação social pode ser identificada por meio de dois mecanismos sendo eles: por meio de representantes nos órgãos gestores das unidades de conservação e as audiências públicas, que por sua vez é o principal mecanismo de participação social utilizado nos processos de licenciamento ambiental.

Os documentos e as manifestações realizadas em audiências públicas devem ser considerados na análise e no parecer final do órgão licenciador de aprovação ou não do projeto e, no caso de aprovação, na definição das condicionantes (Observatório Litoral Sustentável, agosto 2016, P.8).

Embora as audiências públicas tenham se definido como o principal mecanismo de participação social, é essencial que outras opções de mecanismos sejam aprimoradas e inseridas nas demais etapas dos processos de licenciamento ambiental. De fato, se torna cada vez mais importante que a participação da sociedade seja representativa como por exemplo na definição sobre implantação ou não de determinado empreendimento, e ainda quanto das condicionantes no caso de sua

implantação.

3.60 Empreendedor

Para verificar como a relação entre a organização e sua respectiva comunidade, se estabeleceu na prática a organização de pequeno porte com a atuação em Minas Gerais. Devido ao exercício de atividade de alto impacto que se classifica a mineração, o empreendedor possui características que justificam a necessidade de um relacionamento permanente com a comunidade localizada em sua área de influência.

- Possui estrutura produtiva e operacional, avizinhandose de um considerável contingente populacional de uma comunidade no município em estudo;
- Emprega trabalhadores, em sua maioria recrutados no município em que está instalada, influenciando a economia e, conseqüentemente, a cultura e a política nessa região;
- Seu negócio causa uma série de impactos ambientais, pois seus produtos estão diretamente relacionados à extração de recursos naturais, alterando profundamente o cenário geográfico da região em que se insere e gerando, muitas vezes, danos ambientais que afetam a população local diretamente.

Por essas e outras particularidades, evidencia-se a comunidade como um público essencial a viabilização dos negócios da empresa. Portanto, a construção de uma interação favorável com esse grupo deve ocupar espaço de destaque nas políticas de relacionamento da organização. Assim, acredito que a análise do relacionamento dessa empresa com sua comunidade será capaz de fornecer dados importantes sobre a forma como essa interação é conduzida na prática, através do programa de investimento social.

4. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO SOCIAL EM ESTUDO

O Programa de Investimento Social foi desenvolvido para atender a condicionante da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação do empreendimento – LP + LI 075/2013.

Condicionante no. 2: *“Apresentar proposta, com cronograma, de programa social na Comunidade de influência do empreendimento. ”*

Para além do cumprimento da condicionante, o programa foi idealizado para cumprir com os Padrões de Desempenho do IFC¹ – Corporação Financeira Internacional, que por sua vez imputa ao empreendedor padrões de desempenho sobre as melhores práticas de Sustentabilidade Socioambiental, com o objetivo de atender ao processo de financiamento de empreendimentos junto ao Banco Mundial. Em suma, o Programa também abarca a comunidade vizinha ao empreendimento minerário a partir de duas premissas: a comunidade conhecer melhor a empresa, e, a sistematização do conhecimento da comunidade sobre suas características e demandas.

a. Público alvo

População residente na comunidade próxima à mineradora.

b. Objetivos do Programa

O programa de Investimento Social em estudo, objetivou para além do cumprimento da condicionante o fortalecimento de lideranças e associações locais, possibilitando que o desenvolvimento partisse, prioritariamente, da própria capacidade de reflexão, autoconhecimento e construção do capital social da comunidade.

Essa apropriação das capacidades permite não apenas a efetividade das ações, mas também a visão de que o desenvolvimento é um processo contínuo e que não pode depender exclusivamente da ação de um ator recém-chegado e ainda externo à comunidade. Nesse sentido, a empresa atua como parceira, facilitadora e motivadora desse processo, enquanto o resultado é apropriado pela comunidade, em prol desta.

c. Objetivos específicos do Programa

- Contribuir para o desenvolvimento social da comunidade, pautado por uma atuação socialmente responsável da Mineradora;
- Promover o autoconhecimento induzido e aprofundado da comunidade, bem como suas necessidades e interesses;
- Implantar um processo participativo da comunidade na definição das ações sociais a serem implantadas em um segundo momento;

¹Sobre a IFC: Integrante do Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. O trabalho realizado ajuda empresas e instituições financeiras a melhorar a governança corporativa e o desempenho ambiental, além de contribuir para suas comunidades locais.

- Contribuir para uma boa relação entre a comunidade e o empreendimento minerário.

d. Escopo

Objetivando um processo participativo e eficaz junto à comunidade e o envolvimento da população na definição de prioridades para o desenvolvimento de ações sociais, foram propostas as ações descritas a seguir, definidas em etapas diretamente relacionadas umas com as outras:

- 1) Contratação de consultoria especializada em gestão social - Esta fase do plano previu a contratação de uma empresa especializada em gestão social para realização do planejamento de comunicação, relacionamento e desenvolvimento de ações sociais na comunidade. O objetivo do trabalho é aprofundar o conhecimento da Mineradora sobre o perfil da comunidade, seu posicionamento e interesses, que embasarão o planejamento do Programa Social. A realização de uma análise profunda sobre os interesses de cada grupo, a percepção quanto às atividades da empresa e o grau de influência exercida na comunidade são fundamentais para a construção da estratégia de participação da comunidade. Por isso, é importante que a empresa contratada possua uma equipe multidisciplinar, capaz de compreender os diferentes aspectos envolvidos na implantação do projeto social e que permita analisar uma mesma situação sob diversos aspectos. A contratação de uma consultoria externa ainda se justifica pela possibilidade de obtenção de informações de maneira isenta e especializada, garantindo que as melhores práticas serão consideradas na definição final do Programa Social a ser desenvolvido na comunidade. Destaca-se que esta etapa do programa já foi cumprida, por meio da contratação da empresa de consultoria.
- 2) Realização de reuniões de briefing e de planejamento inicial com a consultoria contratada - nesta fase foi realizada uma série de reuniões com a empresa de consultoria contratada para repasse de informações, documentações e contextualização sobre o trabalho a ser realizado na comunidade. O objetivo é a troca de informações, percepções e o repasse do conhecimento que a Mineradora já possui sobre a comunidade. O repasse de informações, percepções e demandas nestas reuniões é fundamental para que a empresa contratada compreenda o cenário e a necessidade de implantação do Programa

Social. Ao final foi realizado o planejamento inicial de trabalho, de acordo com as etapas a serem executadas e esclarecidas prováveis dúvidas. Os documentos e informações repassadas foram analisados pela consultoria e contribuirão para o planejamento e desenvolvimento das próximas etapas de diagnóstico participativo da comunidade.

- 3) Diagnóstico da comunidade: aprofundamento de dados secundários sobre a comunidade - Nesta etapa foram desenvolvidas pesquisas, embasadas por dados secundários atualizados, sobre a população da comunidade e do município, visando atualizar o conhecimento sobre o cenário.
- 4) Diagnóstico da comunidade: atualização da identificação e mapeamento de lideranças, órgãos públicos, representantes e autoridades da região - No desenvolvimento da quarta ação proposta, foi realizada a atualização do mapeamento de líderes formais e informais da comunidade por meio de pesquisa em campo, identificação de órgãos públicos, representantes e autoridades do Município ligados à área de atuação do projeto e levantamento de outros públicos estratégicos da região. O objetivo foi obter informações e percepções sobre a comunidade.
- 5) Diagnóstico da comunidade: realização de entrevistas semiestruturadas com representantes da comunidade, com vistas ao desenvolvimento local - Para o levantamento do perfil da comunidade e das necessidades e expectativas dos moradores em relação às ações sociais da Mineradora, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes da comunidade – líderes formais e informais, e pessoas de referência na comunidade. O número de moradores a serem entrevistados foi definido de acordo com a metodologia de trabalho estabelecida pela consultoria contratada, levando em conta os princípios básicos das melhores práticas apresentadas pela IFC, como a inclusão em termos de gênero (minorias, sexo, cor, etc.) e grupos vulneráveis. A realização destas entrevistas fez parte de uma série de oportunidades para criar o entendimento sobre a comunidade.
- 6) Realização de reuniões com representantes e autoridades do Município para apresentação de proposta inicial do Programa Social - Na sexta etapa foram realizadas novas reuniões com representantes da região para aprofundar o

levantamento de dados sobre o município e comunidade, para caracterizar a relação desta com a Mineradora e levantar informações e desafios enfrentados pela comunidade, na visão desses representantes. Esse levantamento embasará o planejamento de ações com a comunidade, de acordo com as demandas locais, garantindo a eficácia do Programa Social.

- 7) Realização de reuniões com lideranças comunitárias para apresentação de proposta inicial do Programa Social.
- 8) Após mapeamento das lideranças comunitárias, foram realizadas reuniões para identificação das necessidades da comunidade e definição de prioridades iniciais, por meio de processo inclusivo e participativo.
- 9) Realização de consulta pública informada - Nesta etapa foram realizadas reuniões públicas com a comunidade para levantamento das necessidades e expectativas da população local e esclarecimentos sobre a proposta de realização do Programa Social na comunidade, ampliando a participação do maior número possível dos moradores na identificação de demandas e prioridades. As reuniões contaram com a participação da empresa de consultoria contratada, representantes da Mineradora e moradores e líderes da comunidade, na Associação de moradores Local.
- 10) Estudo e análise das informações e documentações coletadas - Nesta etapa o perfil da comunidade foi condensado, por meio de triangulação de técnicas, finalizando o levantamento de necessidades, interesses e posicionamentos com relação às ações sociais desenvolvidas pela Mineradora. A partir desta análise foi realizado um exame mais profundo sobre os interesses da comunidade, a forma como seus membros serão afetados e beneficiados e qual o grau de influência que cada grupo pode ter sobre o Programa e a população. Foram levados em consideração todas as informações obtidas no levantamento de dados secundários, nas entrevistas realizadas com moradores, líderes comunitários e representantes do poder público, informações apresentadas na consulta pública, além de dados de observações diretas realizadas em campo.
- 11) Redação do Plano de Ações sociais para atendimento à comunidade - A partir das informações, análises e mapeamento da comunidade, foi estruturado um

Plano de Ações Sociais para implementação na comunidade. Estes dados e análises foram considerados no planejamento, buscando a proposição de ações que realmente atendam às necessidades e interesses da população local.

12) Treinamento e acompanhamento de um funcionário da Mineradora - Para implantação do plano de comunicação e das ações sociais na comunidade, uma funcionária da Mineradora, foi treinada e acompanhada pela empresa de consultoria especializada contratada, de modo a garantir o cumprimento do cronograma e a eficácia das ações. O trabalho desta funcionária envolveu o conhecimento e a construção de respostas às preocupações e sugestões locais. Observa-se, que esta profissional de relacionamento com comunidades já vinha se desenvolvendo, desde o início do ano de 2013, pela empresa de consultoria, contudo, foi necessária uma preparação para que essa profissional seja capacitada para o acompanhamento das ações sociais a serem implantadas, garantindo o apoio necessário à comunidade e a avaliação periódica dos resultados pretendidos.

5. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A partir dos dados e informações recolhidos, somados as percepções durante as entrevistas com o líder comunitário e a representante da empresa mineradora, diversas considerações puderam ser tecidas.

Na empresa analisada, o relacionamento com comunidades é conduzido por uma colaboradora do setor de meio ambiente. Ela foi engajada e preparada por uma empresa de consultoria para gerir os relacionamentos com a comunidade desde a sua contratação.

“A princípio o meu trabalho era voltado totalmente para a parte ambiental, mas como somos uma unidade pequena, e a mineradora precisa otimizar os recursos, eu fui treinada pela consultoria da área social para cuidar de toda parte do relacionamento com a comunidade, como por exemplo, receber a comunidade aqui, formalizar as reuniões, as solicitações e também as reclamações que eles faziam devido aos impactos que a operação causa para a nossa vizinhança.” (Representante da mineradora)

“(...) Ela faz tudo, e a parte de meio ambiente deles e também a de relacionamento. Tem vez que a gente chega lá e ela para tudo para nos receber. A mineradora precisava reforçar mais a equipe, porque nós aqui temos exemplo de outras empresas da região que tem a parte de relacionamento com a comunidade exclusiva, e isso para nós aqui que precisamos relacionar facilita muito. (Líder Comunitário)

É importante destacar que as demandas do relacionamento com comunidades na mineradora em estudo não têm sido direcionadas para um setor ou um profissional especializado, e, esta percepção é refletida nos discursos tanto da representante da empresa responsável pelo relacionamento com comunidades quanto do líder comunitário.

De acordo com a percepção dos entrevistados, embora o relacionamento não seja satisfatório por ambas as partes, tanto a representante da empresa quanto o líder comunitário reconhecem que existe diálogo e o desenvolvimento de algumas ações de relacionamento por parte da mineradora.

“Então, a comunidade para nós é o vizinho mais próximo na qual precisamos sempre estar em diálogo para evitar problemas de comunicação. Vejo eles como o termômetro do nosso projeto. E se estamos com problemas internos, financeiros, operacionais e ambientais por exemplo, a comunidade sente quase que de imediato, e isso reflete no nosso relacionamento”. (Representante da Mineradora)

“(...) é pouco mas tenho que reconhecer que temos um relacionamento com a mineradora. Entendo que o porte da empresa é pequeno, mas eles poderiam se esforçar mais em comunicar com a comunidade, pelo menos nós, que estamos de frente para eles. (Líder comunitário)

Em relação ao programa de investimento social praticado pela mineradora, observou-se no discurso dos entrevistados que houve um distanciamento no relacionamento e na comunicação entre as partes durante o processo de execução do Programa. Segundo a representante da empresa, este distanciamento ganhou evidência com a participação da prefeitura, apontada por ela como responsável pelo atraso da execução do programa.

O ponto crítico foi o envolvimento da Prefeitura. Tivemos muitas dificuldades de relacionar com a secretaria de obras, em fim, e a comunidade só nos cobrando a execução do projeto.
(Representante da Mineradora)

“Olha, no início foi tudo bem, tinha reunião todo mês e a gente estava alinhada o tempo todo com eles lá. O problema todo foi no final, que depois que escolhemos o projeto e ainda conseguimos apoio da Prefeitura parou tudo, o que era para ter feito em um ano, demorou dois, e nesse período as reuniões eram feitas mais com a liderança e não com a comunidade toda como foi no início.”(Líder Comunitário)

Ainda, sobre a comunicação entre empresa e comunidade durante a execução do programa, o líder comunitário destacou:

“Eu vejo da seguinte forma, eles lá se perderam um pouco na comunicação com a gente. Como começou a demorar a execução e foi atrasando tudo, nós sentimos falta de um acompanhamento mais presente aqui na comunidade. Chegou num ponto que se a gente quisesse saber, a gente que ia lá e corria atrás. Na verdade, nunca foi definido uma agenda, sempre fomos atendidos pela demanda. ” (Líder Comunitário)

Observa-se que o líder comunitário, embora cite quanto ao atraso na execução do Programa tenha acontecido a partir da inserção da prefeitura no processo, ele destaca

críticas quanto aos problemas de comunicação e de relacionamento direcionados à mineradora.

Quanto ao alcance dos objetivos do programa, embora tenha ocorrido um grande atraso na sua execução e problemas de comunicação e no relacionamento durante o processo, os entrevistados consideraram como satisfatório.

“Bom, eu acredito que se a gente for olhar pelo lado da execução do projeto apesar do atraso das obras o objetivo principal foi alcançado. Mas assim, o que eu e a comunidade toda sentimos falta é de estar mais próximo deles lá dou outro lado da BR, de poder discutir mais os projetos para a nossa comunidade e de ter mesmo uma relação mais constante. ” (Líder Comunitário)

“Podemos dizer que não como esperávamos, mas que sim. Ouço muitas reclamações até hoje quando vou a comunidade, mas eles sabem que fizemos o que nos propusemos a fazer, e que as consequências do atraso vieram com a participação da Prefeitura. ” (Representante da Mineradora)

Embora os representantes da empresa e da comunidade reconheçam o alcance do objetivo principal do Programa, é possível perceber a frustração de ambos quanto a condução do relacionamento entre as partes, e, a expectativa da comunidade a partir da execução do primeiro projeto no programa de investimento social. A representante da empresa reconhece a importância do relacionamento com a comunidade, como também a insuficiente dedicação de recursos da mineradora para este setor.

A principal coisa que ficou para nós aqui, e que conversando com as pessoas da comunidade você pode confirmar, é a felicidade de ver um projeto concluído. Fica um pouco mais de esperança inclusive para os próximos anos. Agora depende muito da mineradora também, porque se não manter o relacionamento as pessoas esquecem. Infelizmente é do ser humano, precisamos ser lembrados todos os dias, e se a empresa não estiver presente no nosso dia a dia a comunidade só se distancia. (Líder

Comunitário)

(...) entendemos que o Programa não é suficiente para suprir os impactos que causamos. A comunidade sofre desde o início com o impacto visual, de poeira e dos caminhões que transitam pelo nosso trecho na 381, e precisamos continuar investindo em projetos sociais para melhorar e manter o bom relacionamento com a vizinhança.(...)não temos equipe nem recurso suficiente para tocar o programa do jeito que deveria ser. (Representante da Mineradora)

No discurso da representante da mineradora, existe uma percepção muito clara da comunidade como um grupo estratégico que não pode ser negligenciado. Reconhece que este público possui demandas muito específicas em relação à empresa e que devem ser atendidas de forma ágil e satisfatória para que a convivência entre as duas partes se mantenha em equilíbrio. Essa postura, talvez se justifique em função do impacto causado pelas atividades minerárias no ambiente externo aos seus empreendimentos.

Ouvir a comunidade é um procedimento determinante no relacionamento com esse público. O grupo precisa sentir que suas contribuições são válidas e que a empresa está disposta a fazer desses interlocutores verdadeiros parceiros, disso depende a confiança que depositam em determinada organização. Quando uma relação de confiança é estabelecida, a parceria com a comunidade pode fornecer informações muito valiosas para as empresas. E, a mineradora em estudo não parece estar alinhada a essa premissa, pois ao analisar o discurso dos entrevistados, os canais para manifestação das comunidades e o monitoramento das informações recebidas não estão satisfatórios.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para auxiliar na avaliação do Programa de Investimento Social em estudo, e nas demais ações de relacionamento praticadas pelo empreendedor, antes, cabe versar sobre o que caracteriza e define Política, Programa e Projeto Social sob o olhar acadêmico. O Manual de Formulação e Avaliação de Projetos Sociais – CEPAL/1997

define:

Um projeto social é a unidade mínima de alocação de recursos que, através de um conjunto integrado de atividades pretende transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema. Um programa social é um conjunto de projetos que têm os mesmos objetivos. A política social é um conjunto de programas que visam aos mesmos objetivos. Nesta perspectiva, a política se traduz operacionalmente em programas e projetos que a concretizam mediante a alocação de recursos para a implementação destes. (MFAPS/CEPAL, 1997).

No que diz respeito a avaliação de impactos de Programas de Investimento Social Privado, o propósito da avaliação do Programa de Investimento Social em estudo foi compreender as razões que para além do cumprimento da condicionante ambiental permeavam o relacionamento da mineradora com a comunidade.

As condicionantes ambientais são exigências que devem ser efetivadas ao longo do processo de licenciamento ambiental e também na concessão da licença ambiental, objetivando à diminuição ou até mesmo à compensação dos impactos ambientais gerados pelos empreendimentos, sendo nesse caso minerário.

Em suma, os depoimentos dos entrevistados evidenciam um cenário de fragilidades e desarmonia no relacionamento em que a mineradora vem conduzindo com a comunidade. Para a mineradora existe uma percepção muito clara da comunidade como um grupo estratégico que não pode ser negligenciado. Apesar de não dar continuidade ao Programa de Investimento Social pelos motivos apontados ao longo deste estudo, ela reconhece que a comunidade possui demandas muito específicas em relação à empresa e que devem ser atendidas de forma ágil e satisfatória para que a convivência entre as duas partes se mantenha em equilíbrio.

Mineradoras são empresas de base que utilizam recursos naturais em grande escala em seu processo de produção e beneficiamento, respectivamente. Suas atividades geram inúmeros passivos, a citar, a geração de resíduos e os impactos

decorrentes da própria atividade extrativa, que afetam o meio ambiente e as populações residentes na localidade.

Neste caso, as populações que vivem nas áreas de atuação dessa empresa têm seus cotidianos marcadamente alterados. Dessa forma, boa parte dos trabalhos desenvolvidos pela empresa junto aos grupos que consideram como comunidade objetivam minimizar ou compensar, de alguma forma, as perdas ou incômodos de suas atividades para essas pessoas.

Cabe versar que, apesar das dificuldades enfrentadas pela mineradora, por parte da empresa, espera-se uma postura de compensação social mais satisfatória decorrente aos impactos que ela causa na sociedade. Ainda é possível refletir quanto a competitividade da mesma, que num futuro próximo poderá ser amplamente prejudicada pelo conflito com as comunidades e o desgaste público de suas imagens.

Outro indicador de que o relacionamento com a comunidade deve adquirir importância estratégica crescente para as empresas é o fato de que a interação com esse público deve ser gerenciada por especialistas da área da comunicação, com destaque para os Relações Públicas, o que não é o caso da mineradora em estudo. Além dos relacionamento com a comunidade ser conduzido por um profissional completamente fora da área de comunicação, percebe-se a falta do apoio da diretoria da empresa aos setores ao qual esse profissional está vinculado mostra-se determinante para o êxito das ações de relacionamento, principalmente do Programa de Investimento Social interrompido.

A necessidade de um profissional qualificado e exclusivo para a interação com as comunidades na mineradora ilustra a importância que a interface com esse grupo tem ganhado no contexto empresarial. Cidadãos cada vez mais críticos e conscientes exigem não somente uma postura de abertura e transparência por parte das empresas, como também ações efetivas da empresa no sentido de se envolver com as causas sociais e contribuir para o desenvolvimento local, em uma perspectiva de compartilhamento de responsabilidades entre o poder público, o setor privado e a sociedade.

Ainda em relação à integração entre empresa e comunidade, as pesquisas empíricas permitiram constatar que, o contato direto com esse público, por meio de visitas e reuniões, por exemplo, desperta a boa vontade da comunidade.

Estar presente na comunidade é fundamental para orientar as ações de maneira a atender às expectativas desse público. O oposto também é considerado essencial, ou seja, trazer a comunidade para dentro da empresa, envolvendo-a no cotidiano da organização, explicando e justificando suas rotinas, é um passo decisivo para a criação de vínculos mais sólidos entre os dois grupos. Esse movimento de mão dupla – a empresa dentro da comunidade e a comunidade dentro da empresa – proporciona uma compreensão mútua decisiva para a criação de um relacionamento harmônico entre as partes, que depende de uma constante negociação de interesses, com conquistas e concessões dos dois lados.

No diálogo com a comunidade, os líderes formais e informais são peças-chave. Nas comunidades onde essas lideranças não são constituídas, as empresas enfrentam dificuldades para viabilizar seus projetos e ações. Os líderes são porta vozes dos interesses de determinada coletividade e desfrutam de grande respaldo dentro do grupo, por isso transformam-se em referência para as empresas. A existência de lideranças sinaliza um maior grau de organização da comunidade, o que beneficia as empresas (facilita o contato com o grupo) e própria comunidade (dá mais força ao grupo no processo de negociação de interesses com as organizações).

Por fim, perceber a comunidade em sua composição heterogênea, marcada pela multiplicidade de sujeitos e grupos de interesse, é fundamental para orientar o desenvolvimento de programas e ações de relacionamento. Quanto mais aprofundado for o conhecimento desses grupos, mais adequada será a interação. Contudo, um dos primeiros passos para alcançar esse resultado é reconhecer que as organizações não se relacionam com uma única comunidade, mas como formações coletivas diversas, sendo, portanto, mais apropriado falar em comunidades (no plural) do que em comunidade (no singular).

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 30 out. 2017.

CEPAL. Manual – formulação e avaliação de projetos sociais. Santiago: CEPAL/OEA/CENDEC, 1997.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **O Universo da Mineração Brasileira – 2000 A produção das 1.862 minas no Brasil**. Disponível em:<<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/arquivos/universo-da-mineracao-brasileira-2000/view>>. Acesso em: 30 out. 2017.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral Brasileiro.2015**. Disponível em: <<file:///E:/tcc%20manuela/Sum%C3%A1rio%20Mineral%20Brasileiro%202015.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações e análises da economia mineral brasileira**.7. ed. [S. I.]: IBRAM, 2012

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996.

ANEXO A - Roteiros de Entrevista em Profundidade 1 - Empreendedor

Data: 26/09/2017

Hora: 13:00

Empresa: MINERADORA

Entrevistado: 01

Cargo: Técnica em Meio Ambiente

Introdução

- 1) Desde quando a empresa desenvolve trabalhos com a comunidade?
- 2) Há quanto tempo você está engajado (a) nesse trabalho?
- 3) E sobre o Programa de Investimento Social?

Comunidade

- 4) Para a empresa, o que é comunidade ou como a empresa define comunidade?
- 5) Quem constitui esse grupo?
- 6) Quais características marcantes a empresa percebe na sua comunidade?

Relacionamento

- 7) A responsabilidade social faz parte do planejamento global da organização?
- 8) Quais os objetivos que instituíram a criação do Programa de Investimento Social?
- 9) Qual o período de duração estipulado para o Programa?
- 10) Que recursos o Programa demandou da empresa: financeiro, pessoal, tempo?
- 11) Quais foram os grupos beneficiados?
- 12) Dentro da empresa, quem são as pessoas/setores envolvidas no processo?
- 13) Qual foi a participação da comunidade nesse processo?
- 14) Foi realizada a avaliação da primeira edição do Programa?
- 15) Quais os pontos críticos ou principais dificuldades enfrentadas durante a primeira edição do Programa?
- 16) O objetivo foi alcançado?
- 17) Porque apenas a primeira edição foi realizada?
- 18) A mineradora pretende executar mais edições do Programa?
- 19) As ações propostas no Programa foram capazes de minimizar os impactos do empreendimento e quais foram as falhas / lacunas observadas?

Fonte: O Próprio Autor, 2017

ANEXO B - Roteiros de Entrevista em Profundidade 2 – Líder Comunitário

Data: 25/09/2017

Hora: _16:00

Entrevistado: 02

Cargo: Presidente da Associação de moradores

Introdução

- 1) Desde quando a empresa desenvolve trabalhos com a comunidade?
- 2) Há quanto tempo você está engajado (a) nesse trabalho?

Relacionamento

- 3) A mineradora possui um relacionamento com a comunidade? Como você avalia este relacionamento?
- 4) Como a empresa comunicou a comunidade sobre o Programa de Investimento Social?
- 5) A comunicação foi satisfatória? A comunidade foi engajada a partir desta comunicação?
- 6) Que recursos o Programa demandou da comunidade: financeiro, pessoal, tempo?
- 7) Quais foram os grupos beneficiados?
- 8) Havia alguém da mineradora responsável pela implantação e desenvolvimento do Programa, quem são as pessoas/setores envolvidas no processo?
- 9) Qual foi a participação da comunidade nesse processo?
- 10) Quais os pontos críticos ou principais dificuldades enfrentadas durante a edição do Programa?
- 11) O objetivo foi alcançado?
- 12) Qual o legado deixado pela Mineradora na comunidade após a execução do Programa?

Fonte: O Próprio Autor, 2017

